



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo
dependente**

**ESTADO E INSTAURAÇÃO DO PADRÃO DE REPRODUÇÃO INDUSTRIAL DEPENDENTE: O
SIGNIFICADO CONTRARREVOLUCIONÁRIO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR
BRASILEIRA**

GABRIEL TREVAS¹

ADRIANO NASCIMENTO SILVA²

RESUMO:

Fruto de uma pesquisa bibliográfica e tendo como referencial teórico-metodológico as categorias da teoria marxista da dependência, o artigo busca compreender a ditadura empresarial-militar brasileira enquanto um processo histórico-social contrarrevolucionário. O eixo central da discussão se baseará na natureza do Estado e na instauração do padrão de reprodução capitalista industrial dependente.

Palavras-chave: Ditadura; Brasil; Estado; Dependência; Contrarrevolução.

ABSTRACT:

The result of bibliographical research and using the categories of Marxist dependency theory as its theoretical and methodological framework, the article seeks to understand the Brazilian business-military dictatorship as a counter-revolutionary historical and social process. The central axis of the discussion will be based on the nature of the state and the establishment of the pattern of dependent industrial capitalist reproduction.

Keywords: Dictatorship; Brazil; State; Dependency; Counterrevolution.

¹ Universidade Federal de Alagoas

² Universidade Federal de Alagoas

I. INTRODUÇÃO

A ditadura empresarial-militar³ está marcada como um dos processos mais deletérios e regressivos da história brasileira desde a Proclamação da República. Por meio da violência escancarada, a ditadura expressou a força do caráter contrarrevolucionário e auto defensivo da dominação burguesa no Brasil, imobilizando o movimento de massas e garantindo que a rígida estrutura de classes do Brasil se conservasse imóvel. Para que isto fosse possível, instaurou-se um aparato estatal que, por um lado, cumpriu a tarefa de abortar qualquer projeto societário e de desenvolvimento alternativo e autônomo para o país e, por outro lado, de consolidar um padrão de reprodução e desenvolvimento capitalista baseado na monopolização e internacionalização da produção, mais propício a superexploração da força de trabalho, a concentração e centralização do capital.

A ditadura empresarial-militar reforçou os elementos centrais do eixo histórico e estrutural da formação social brasileira, os quais se expressam, de acordo com Florestan Fernandes (1997), na exclusão dos subalternos e na violência sistêmica contra as forças populares. Seu significado histórico-social reacionário se expressa, de acordo com José Paulo Netto (2014), na consolidação de um padrão de acumulação e de desenvolvimento capitalista que aprofundou e redimensionou os elementos mais atrasados da formação social brasileira, nela inscritos desde o período colonial, tais como a dependência, a vigência de um aparato produtivo voltado para o exterior e as relações pré-capitalistas de produção.

Este artigo busca discutir sobre o significado contrarrevolucionário do golpe militar no âmbito da estrutura produtiva da formação social brasileira e no âmbito da estrutura político-estatal. O artigo irá centrar sua discussão no papel histórico-social desempenhado pela ditadura empresarial-militar, buscando entender e explicar como a ditadura reforçou os determinantes histórico-estruturais da formação social brasileira, expressos na dependência, na vigência de um aparato produtivo voltado para o exterior, na exclusão dos subalternos e na violência estatal historicamente direcionada contra as forças populares.

A fim de compreender como o caráter contrarrevolucionário da ditadura se expressou no âmbito da estrutura produtiva interna, irá se discutir sobre o padrão de acumulação e reprodução capitalista consolidado durante a ditadura empresarial-militar. O principal intuito da discussão é

³ O termo ditadura empresarial-militar remete a aliança entre pequena burguesia, forças armadas, o capital monopolista e o imperialismo como um elemento central na análise do Estado inaugurado com o golpe de 1º de abril de 1964. (Netto, 2014).

compreender como, em função da monopolização e da internacionalização do capital, a ditadura consolidou um padrão de reprodução e desenvolvimento que reforçou os determinantes histórico-estruturais do capitalismo dependente brasileiro, expressos na superexploração da força de trabalho, na drenagem de excedentes e em um aparato produtivo voltado para o exterior.

Por fim, para compreender o significado contrarrevolucionário da ditadura no âmbito político-estatal, será realizada uma discussão a respeito da natureza do Estado que se formou a partir da ditadura empresarial-militar. Nesse sentido, compreendendo o Estado instaurado pela ditadura empresarial-militar enquanto expressão da contrarrevolução latino-americana e síntese das contradições e das determinações histórico-estruturais da formação social capitalista dependente brasileira, busca-se demonstrar o papel histórico que este desempenhou nos processos de imobilização do movimento de massas, de eliminação do movimento revolucionário e de consolidação do padrão de desenvolvimento capitalista industrial-dependente.

II. SIGNIFICADO CONTRARREVOLUCIONÁRIO DO GOLPE

De início, compreendendo o carácter dependente da formação social e histórica brasileira, é fundamental apontar que esta é marcada por determinantes histórico-estruturais particulares essenciais para se pensar os conflitos e as contradições desta realidade. Para entender o significado contrarrevolucionário do golpe de 1º de abril de 1964 é imprescindível destacar o autoritarismo estrutural e a subordinação ao mercado externo como elementos que marcam a essência da sociedade brasileira e o conjunto dos países latino-americanos.

A respeito do autoritarismo estrutural, Agustín Cueva (1989) aponta que nas formações sociais capitalistas dependentes da América Latina predominam formas violentas e autoritárias de dominação burguesa com intuito principal de manter um padrão de reprodução e acumulação associado, dependente e excludente, ou seja, a fim de se reproduzir as condições particulares do capitalismo dependente latino-americano, a coerção prevalece em detrimento do consenso.

Se atentando as particularidades da sociedade brasileira, de acordo com Fernandes (1997), esta é marcada, desde a independência em 1822, passando pela abolição da escravidão em 1888, a instauração da República em 1889 até a Revolução de 30, por intensos conflitos e tensões sociais inacabados, os quais incumbam a iminência de uma guerra civil. Um dos caminhos possíveis para se compreender o significado do golpe é apreendê-lo como expressão do eixo estrutural, histórico e dinâmico da sociedade brasileira, o qual, segundo o autor, baseia-se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

na violência sistemática contra os subalternos e as forças político-sociais que colidem com a ordem de dominação estabelecida.

De acordo com José Paulo Netto (2005), desde o período colonial, é possível identificar muito mais uma continuidade do que uma ruptura com os pilares fundamentais do eixo estrutural e histórico da sociedade brasileira. Nota-se, fruto da ausência de uma ruptura com o estatuto colonial, a formação de uma estrutura produtiva voltada ao mercado externo, a qual engendra uma industrialização tardia e dependente, bem como, um padrão de desenvolvimento capitalista que incorpora ao estágio monopolista formas arcaicas de sociabilidade e de produção, redimensionando e integrando a sua dinâmica, de forma sistemática, o “atraso”⁴ e a dependência.

O golpe significou um caminho, por meio da instrumentalização das forças armadas e do aparelhamento do aparato estatal, à associação entre o latifúndio, o grande capital interno e o capital imperialista. Além disso, um meio de garantir a sobreposição dos interesses destes setores da classe dominante a qualquer força político-social minimamente comprometida com projetos nacionais, populares e democráticos. A instauração da ditadura que se seguiu após o golpe de 1º de abril assume um caráter empresarial e militar, pois a configuração estatal que se forma é fortemente marcada pela aliança entre os setores significativos da pequena burguesia, as forças armadas e o capital monopolista, associado as tendências imperialistas e aos ciclos mundiais da acumulação capitalista. (Netto, 2014)

É fundamental situar o golpe dentro de um contexto de rearranjo nas estruturas da divisão internacional do trabalho e de iminentes riscos à hegemonia norte-americana, efeito de avanços nos processos revolucionários e de libertação nacional na periferia do capitalismo. Esse cenário engendrou uma revisão na estratégia global estadunidense, implicando no apoio dos centros imperialistas, sob a direção dos Estados Unidos, a golpes militares e a implementação de estados de exceção, de caráter antipopular e antinacional, instaurados em escala planetária a partir da associação entre as classes dominantes internas e as estruturas externas de dominação.

Os autores José Paulo Netto (2005) e Florestan Fernandes (1997) convergem ao definir esses processos como *contrarrevolução preventiva*⁵. Ruy Mauro Marini (1978), situando esse período contrarrevolucionário do capitalismo mundial dentro da realidade latino-americana, aponta

⁴ No contexto em que é mencionado por José Paulo Netto, o termo “atraso” se refere as relações pré-capitalistas de dominação, exploração e produção. (Netto, 2014).

⁵ Os autores compreendem como contrarrevolução, um processo que consistiu em: adequar os padrões de desenvolvimento dos países capitalistas dependentes aos ciclos mundiais da acumulação capitalista, assegurar um processo de modernização capitalista e industrialização incorporado aos centros imperialistas e neutralizar as forças políticas democráticas, nacionais e revolucionárias. (Fernandes, 2019; Netto, 2005)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

a incorporação da doutrina de segurança nacional e do que o autor denominou de *doutrina de contrainsurgência*⁶ as instituições do Estado, implicando na repressão sistêmica aos movimentos populares e na aplicação de um enfoque militar à luta política. Como aponta Marini (1978):

A contrainsurgência, em uma perspectiva similar à do fascismo, vê o oponente como um inimigo que não somente deve ser derrotado como também aniquilado, destruído, o que implica ver a luta de classes como guerra e, portanto, leva à adoção de táticas e métodos militares de luta. (Marini, 1978, s.p).

O caráter contrarrevolucionário da ditadura instalada no Brasil após 1º de abril de 1964 se expressou, fundamentalmente, como aponta Netto (2005), no aprofundamento de um padrão de reprodução e desenvolvimento capitalista associado, dependente e excludente, além disso, na afirmação do eixo histórico e estrutural da sociedade brasileira, baseado, segundo Fernandes (1997), na exclusão dos subalternos e na subjugação absoluta das forças populares. Sobre o significado do golpe, Netto (2005) afirma:

Seu significado político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, seu significado histórico-social era de maior fôlego: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira. (Netto, 2005, p. 25).

Em síntese, o golpe militar cumpriu um papel *reacionário*⁷ na história do Brasil e seu significado contrarrevolucionário consistiu, conforme Netto (2014), por um lado, no aprofundamento do caráter dependente, associado e excludente do capitalismo brasileiro, por outro, na liquidação de qualquer possibilidade de reversão da dependência e da subordinação externa, assim como, de democratização da sociedade brasileira. Como produto desse processo, inaugurou-se um Estado antinacional, antipopular e fundamentado na autocracia burguesa, o qual cumpriu o papel de internacionalizar a acumulação capitalista do país em função da reprodução ampliada do capital em nível mundial.

III. A NATUREZA DO ESTADO DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

⁶ Doutrina de contrainsurgência expressa a noção de guerra interna incorporada às instituições estatais e aplicada contra os movimentos populares, os considerando como inimigos internos do Estado. A Doutrina de segurança nacional implica na incorporação às instituições do Estado e na defesa do projeto de sociedade e de modernidade do Ocidente e dos Estados Unidos. (Marini, 1978).

⁷ Segundo José Paulo Netto (2014), pode-se definir a ditadura como reacionária pelo fato dela ter desencadeado um processo político-social contrário às transformações e os avanços em curso na sociedade brasileira, reforçando os elementos mais deletérios e negativos da nossa formação social.

Para iniciar a discussão a respeito da natureza do Estado instaurado pela ditadura empresarial-militar brasileira é fundamental destacar que não existe, historicamente, uma relação compatível e simultânea entre dominação burguesa, desenvolvimento capitalista e democracia. Como destaca João Quartim de Moraes (2014), a experiência histórica do desenvolvimento capitalista nos mostra a essência contraditória da relação entre dominação burguesa e democracia. Conforme o autor, essa contradição se decide no bojo da luta de classes e pode engendrar, por meio do fascismo ou da autocracia, a negação da democracia em pró da dominação burguesa. De acordo com essa perspectiva, no capitalismo, a democracia será sempre uma conquista para as classes dominadas e um engodo para a burguesia.

Ao situar a dominação burguesa dentro da particularidade histórica da América Latina, Augustín Cueva (1989) destaca que formas democráticas de dominação burguesa correspondem a uma excepcionalidade na experiência histórica das formações sociais capitalistas dependentes latino-americanas. Em detrimento do autoritarismo estrutural e da subordinação externa, Cueva (1989) aponta que, nos países periféricos, a democracia se mostra incompatível com as relações capitalistas de produção, ou seja, as formas violentas de dominação burguesa são predominantes.

Nos países dominados, por sua vez, a forma democrática-parlamentar de Estado é uma flor um tanto exótica; em todo caso, esporádica, e não por casualidade, mas em razão das próprias modalidades que aqui se assume a acumulação de capital. (Cueva, 1989, p. 41).

Para compreender a natureza do Estado que se forma com a ditadura empresarial-militar, é pertinente apontar as principais determinações do Estado brasileiro inscritas na formação social capitalista dependente do Brasil. O Estado no Brasil, como destaca Netto (2005), devido à ausência de uma ruptura definitiva com o estatuto colonial, é fortemente marcado pela vigência de um aparato produtivo voltado para o exterior, por um desenvolvimento capitalista que preserva estruturas arcaicas de dominação e exploração, pela exclusão e a violência sistemática direcionada contra as forças populares e os subalternos.

Nesse sentido, é fundamental destacar que a conjuntura instaurada no mundo capitalista após a segunda guerra mundial engendrou a consolidação do estágio financeiro-industrial do capitalismo e do processo de internacionalização do capital. Florestan Fernandes (2019) compreende que esse cenário potencializou os elementos autoritários intrínsecos a sociabilidade burguesa, abalando todo o mundo capitalista, principalmente os países dependentes. O processo de internacionalização, concentração e centralização do capital em nível mundial propiciou a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

articulação ativa e direta dos centros imperialistas, sob a direção dos Estados Unidos, com as burguesias e os Estados dependentes em torno de um processo de contrarrevolução e guerra preventiva.

Florestan Fernandes (2019) compreende a debilidade das burguesias dependentes em dirigir processos de modernização e desenvolvimento capitalista autônomo, optando por uma via de desenvolvimento apoiada na associação subordinada com o capital imperialista e as nações centrais do capitalismo, como o elemento histórico-estrutural determinante para implementação das ditaduras empresarial-militares no Brasil e nos demais países latino-americanos. Fernandes (2019) entende o Estado autocrático instalado no Brasil pela ditadura empresarial-militar enquanto um subproduto do que ele define como *revolução burguesa em atraso*⁸.

Na realidade, trata-se de um Estado capitalista autocrático, ao qual cabe a qualificação específica de *Estado autocrático burguês*. Nascido no contexto de uma contrarrevolução política, para garantir a “modernização”, a incorporação e a industrialização maciça, pelo menos em um certo período de tempo, deve funcionar como o instrumento político de uma ditadura de classe aberta. (Fernandes, 2019, p. 86).

De acordo com Moraes (2015), a ditadura instalada no Brasil inaugurou uma *autocracia burguesa-militar*⁹, a qual cumpriu o papel, conforme Maciel (2014), de conduzir um processo de expansão produtiva e integração monopolista sob intensa penetração e predomínio do capital imperialista, mantendo o aparato produtivo brasileiro voltado para o exterior e preservando a superexploração da força de trabalho como eixo central da acumulação capitalista interna.

O Estado que se forma com a implementação da ditadura empresarial-militar brasileira recorre ao terrorismo e a violência estatal como meio de assegurar este processo de integração monopolista do capitalismo brasileiro. Carlos Henrique Gomariz Moraga (1977) compreende que, para atingir este fim, se conduziu uma guerra civil aberta contra as organizações e as lutas das classes exploradas. O autor define esse modo de operar como um elemento fascista, no entanto, destaca que este traço não é suficiente para caracterizar como fascista a forma assumida pelo Estado brasileiro e latino-americano em sua totalidade.

⁸ Florestan Fernandes (2019) aponta que a revolução burguesa em atraso pode ser caracterizada pela frustração de uma revolução burguesa e nacional, implicando na ausência de ruptura com o estatuto colonial, na ausência de uma acumulação originária de capital e na consolidação de um desenvolvimento capitalista acomodado e subordinado ao imperialismo, sob dependência permanente.

⁹ O conceito autocracia burguesa-militar designa uma configuração político-estatal dirigida pelo seu aparato repressivo militar em aliança com a burguesia monopolista associada às tendências imperialistas da acumulação capitalista. (Moraes, 2014).

Moraga (1977) afirma que o Estado formado neste contexto não possui um caráter fascista em sua totalidade pois não contou com o apoio de um movimento de massas dirigido pela pequena burguesia fascista. Durante o contexto das ditaduras latino-americanas o movimento popular foi completamente neutralizado e a ofensiva contra as classes exploradas foi dirigida pelo aparelho burocrático e militar do Estado. É importante destacar também que a ausência de uma burguesia independente e imperialista, em detrimento da condição de dependência e subordinação das classes dominantes latino-americanas, demonstra que não é possível definir como fascista o Estado instaurado pelas ditaduras empresariais-militares da América Latina.

A respeito dos elementos fascistas do Estado formado no contexto das ditaduras empresariais-militares, Agustín Cueva (1978) apresenta contribuições fundamentais. O autor compreende que o caráter fascista do Estado se expressa nas tarefas econômicas realizadas por este em função das tendências mais reacionárias da burguesia interna em associação com o capital monopolista e imperialista. Para além disso, Cueva (1978) destaca que o caráter fascista se expressa também no chamado Estado de Segurança Nacional, o qual engendra um processo de militarização da luta de classes.

É possível identificar nas contribuições de Ruy Mauro Marini (1978) uma síntese para este debate, em primeiro lugar, o autor aponta que a dimensão contrarrevolucionária deste processo não pode ser definida enquanto fascista no sentido clássico. Marini (1978) compreende que contrarrevolução, a qual se dá em nível continental no território latino-americano, se expressa por meio da doutrina de contrainsurgência. A diferença central para o autor está no fato da contrarrevolução latino-americana, diferente do fascismo em seu sentido clássico, não ter como base de sustentação o movimento de massas. No caso da América Latina, o processo contrarrevolucionário é conduzido pelo Estado, sob o comando e a direção das forças armadas em aliança com o capital monopolista.

A doutrina de contrainsurgência passou a incorporar as bases ideológicas e institucionais do Estado formado pelas ditaduras, conduzindo uma guerra interna contra as lutas e os movimentos populares. O movimento popular passou a ser visto como um inimigo interno o que legitimou o recrudescimento da violência e da repressão contra as forças populares. O autor compreende que as ditaduras empresariais militares instauradas na América Latina consolidaram um *Estado de Contrainsurgência*¹⁰, o autor define como traço fundamental deste Estado o

¹⁰ Forma histórica assumida pelos Estados dependentes latino-americanos com a implementação das ditaduras empresariais-militares. (Marini, 1978).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

protagonismo das forças armadas na tomada de decisões e sua aliança com a burguesia monopolista. (Marini, 1978).

En síntesis, el Estado de contrainsurgencia es el Estado corporativo de la burguesía monopólica y las Fuerzas Armadas, independientemente de la forma que asuma ese Estado, es decir, independientemente del régimen político vigente.” (MARINI, 1978, s.p)

É imprescindível compreender Estado inaugurado pela ditadura empresarial-militar enquanto síntese das estruturas e relações de dominação existentes e expressão da articulação entre burguesia monopolista, forças armadas e o capital imperialista sob a hegemonia estadunidense. Em suma, a ditadura empresarial-militar instaurada no Brasil expressa um processo maior de contrarrevolução burguesa na América Latina engendrada pela revisão global da estratégia norte-americana de hegemonia no mundo capitalista.

A ditadura brasileira inaugurou um Estado fundamentado na autocracia burguesa-militar com incrustações fascistas, dirigido por seu aparato repressivo-militar e marcado pela noção de guerra interna conduzida contra as lutas e os movimentos populares. Sua natureza contrarrevolucionária passou a se expressar, no plano político-ideológico e estratégico, na doutrina de contrainsurgência. O Estado inaugurado pela ditadura empresarial-militar cumpriu o papel histórico de conter o movimento de massas, neutralizar o movimento revolucionário, assegurar um padrão de desenvolvimento capitalista industrial-dependente e consolidar as bases monopolistas do capitalismo brasileiro, liquidando qualquer possibilidade de via autônoma e alternativa para o desenvolvimento capitalista.

IV. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DE CAPITAL INDUSTRIAL DEPENDENTE

Em primeiro lugar, é pertinente afirmar que a ditadura cumpriu o papel de assegurar a transição de um padrão predominantemente internalizado para um padrão de reprodução capitalista industrial dependente, voltado para o exterior e de especialização produtiva. Consolidou-se um padrão de reprodução capitalista em que a superexploração da força de trabalho se manteve como eixo central da expansão modernizadora e tecnológica, sedimentando o caminho para o desenvolvimento do capital financeiro e do capital monopolista sob a direção do capital imperialista, potencializando as tendências concentradoras e centralizadoras do capitalismo brasileiro.

O Estado que se formou com a ditadura empresarial-militar conduziu um processo de modernização das relações capitalistas, reforçando a hegemonia das forças políticas e econômicas da burguesia interna associadas ao capital monopolista e imperialista. Este cumpriu a tarefa histórica de assegurar a transição ao capitalismo monopolista e acelerar o desenvolvimento industrial do Brasil apoiado no capital imperialista, preservando e consolidando, politicamente, a dominação burguesa sob a forma de uma ditadura de classe aberta, de caráter preventivo e contrarrevolucionário. (Fernandes, 2006).

Em detrimento do contexto histórico-estrutural da América Latina, parcela majoritária das burguesias internas dos países dependentes não possuem autonomia e nem interesse para empreender em projetos nacionais e democráticos. Com isso, compreende-se que o padrão de desenvolvimento e reprodução capitalista instalado no Brasil com a consumação de um Estado fundado na autocracia burguesa e militar sepultou os horizontes burgueses reformistas, democráticos e nacionais, convertendo as frações nacionais da classe dominante em frações pró-imperialistas e redimensionando, sob as bases monopolistas do capitalismo, a dependência e estruturas arcaicas de dominação e produção. (Fernandes, 2006).

No Brasil, a reestruturação da divisão internacional do trabalho e os rearranjos na estrutura do capitalismo mundial do pós-segunda guerra engendrou, segundo Brettas (2020), um novo padrão de desenvolvimento e reprodução capitalista mais propício a superexploração da força de trabalho¹¹ em função da drenagem de excedentes para o exterior, conduzido pela burguesia industrial e pelo capital imperialista em direção a monopolização e a internacionalização da produção. Diante desse contexto, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) condensou as forças político-sociais ligadas a burguesia exportadora e a parcela da burguesia industrial alinhada aos interesses do capital imperialista, buscando estabelecer as bases político-institucionais e ideológicas necessárias para viabilizar este modelo de desenvolvimento.

O acirramento das contradições entre a burguesia industrial e a agroexportadora, a ausência de um mercado interno desenvolvimento e o avanço das lutas populares escancarou os limites deste modelo de desenvolvimento, propiciando uma aliança tática entre os movimentos populares e as frações da burguesia industrial ligadas ao nacional desenvolvimentismo. Este cenário criou as condições necessárias para a vitória eleitoral da coalizão formada por Jânio

¹¹ Segundo Marini (1973), superexploração da força de trabalho consiste em um processo em que as burguesias internas dos países dependentes aumentam a jornada e intensidade do trabalho como forma de compensar a drenagem de excedentes para o exterior. MARINI, Rui Mauro. *Dialética da Dependência*. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org). **“Dialética da Dependência” e outros escritos**. Expressão Popular, São Paulo, 2022

Quadros e João Goulart (1961-1964), o que significou uma reorientação política e econômica do capitalismo brasileiro ao nacional-desenvolvimentismo (Brettas,2020; Ianni, 2019; Maciel, 2014)

O programa nacional desenvolvimentista esbarra nos limites estruturais da formação social dependente brasileira. A burguesia interna brasileira não possuía a autonomia e nem o interesse necessário para conduzir até o fim um projeto nacional desenvolvimentista de modernização, da mesma forma, a democracia liberal-burguesa do Brasil não possuía os mecanismos necessários para assegurar o avanço do movimento de massas, as realizações do nacional-desenvolvimentismo e conter o movimento contrarrevolucionário e auto defensivo da burguesia interna. Por fim, buscando encontrar uma saída para crise institucional e de hegemonia, as forças políticas e econômicas da burguesia brasileira passaram a se alinhar às exigências do capital monopolista e imperialista, se organizando e realizando o golpe de Estado de 1° de abril de 1964. (Ianni, 2019; Fernandes, 2006)

A instauração de um novo padrão de acumulação e reprodução capitalista, seja pela via nacional-desenvolvimentista ou pela via do livre mercado e do imperialismo, esbarrava na ausência de um mercado interno desenvolvido, na estagnação econômica, na falta de um Estado aparelhado, na crise institucional e de hegemonia que o país enfrentava. Portanto, ditadura empresarial-militar cumpriu o papel de criar as condições político-institucionais necessárias para consolidar um novo padrão de acumulação e reprodução capitalista, mais propício a superexploração da força de trabalho, a concentração, centralização e internacionalização do capital, que possibilitasse a transição do capitalismo brasileiro ao seu estágio monopolista e uma modernização produtiva e tecnológica, forçada e restrita, apoiada no capital imperialista. (Maciel, 2014).

A ditadura empresarial-militar cumpriu o papel de consolidar um aparato estatal totalmente aparelhado e subordinado as exigências do capital monopolista interno e externo, capaz de orientar o desenvolvimento capitalista brasileiro segundo suas tendências monopolistas e imperialistas de acumulação, assegurando a transformação capitalista por meio da consolidação de um padrão de reprodução capitalista industrial dependente. Dessa forma, em conformidade com as determinações do imperialismo e com o processo de transição monopolista, se articularam o poder do capital monopolista e o poder estatal. (Ianni, 2019)

Situando a ditadura empresarial-militar brasileira dentro da particularidade histórica da América Latina, Ruy Mauro Marini (1978) afirma que a ditadura cumpriu o papel de integrar de forma subordinada e definitiva a burguesia industrial ao capital imperialista. Além disso, de acordo

com Ianni (2019) é fundamental destacar, enquanto uma característica central do padrão de acumulação capitalista instaurado pela ditadura empresarial-militar, a articulação entre o setor estatal, o capital interno e o capital imperialista no processo de dinamização e intensificação da expropriação da mais-valia, fortalecendo o poder do capital sobre a força de trabalho.

O processo de expansão capitalista vivenciado pelo país durante a ditadura empresarial-militar foi conduzido, principalmente, por estas três frações do capital, o capital privado interno, o capital externo e o capital estatal. Essa articulação expressava a associação subalterna das classes dominantes brasileiras aos países centrais da acumulação capitalista mundial, sob a hegemonia e o predomínio dos Estados Unidos. Outro elemento central e indispensável para compreender o padrão de reprodução capitalista que se formou é a superexploração da força de trabalho. Sob o predomínio e a condução destas três frações do capital, o processo de expansão capitalista e modernização se ancorou na superexploração da força de trabalho e no imperialismo. (Maciel, 2014)

Dentro deste tripé é fundamental destacar o predomínio e a primazia do setor produtivo estatal e do imperialismo sobre o capital privado interno, ou seja, a ditadura reforçou o papel subalterno que a burguesia brasileira desempenha diante das forças políticas e econômicas imperialistas. A fusão entre Estado e os interesses político-econômicos das forças imperialistas deram o tom do desenvolvimento capitalista forjado na ditadura empresarial-militar brasileira. A expansão capitalista vivenciada durante este período foi dirigida fundamentalmente pelo capital imperialista, consolidando um padrão de reprodução capitalista industrial dependente. (Ianni, 2019).

Dentro dessa lógica, Ianni (2019) destaca a intensa intervenção do poder público nos setores básicos e de infraestruturas a fim de favorecer e impulsionar a acumulação capitalista segundo as exigências do capital monopolista interno e externo. Sobre o capital imperialista, o autor aponta que este predomina nas áreas da indústria, da agricultura e da agroindústria, áreas fundamentais da estrutura produtiva brasileira. Ianni (2019), ainda destaca que o capital privado interno também está presente em todos estes setores, no entanto, com menor força. Em suma, percebe-se uma fusão entre capital privado interno e imperialista no âmbito da produção nacional, sob a direção e predomínio do segundo sobre o primeiro.

A transição do capitalismo brasileiro ao seu estágio monopolista se deu sob a direção do capital imperialista, engendrando um processo de concentração e centralização de capital que penetrou também de forma profunda no campo. Maciel (2014) aponta como o processo de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

concentração e centralização capitalista movido pela ditadura empresarial-militar permitiu a consolidação do padrão agroindustrial no setor agroexportador da economia brasileira por meio da penetração do capital monopolista, ou seja, a transição ao estágio monopolista do capitalismo brasileiro atravessou também o setor da agricultura. A penetração do capital monopolista no campo significou um processo de modernização econômica e tecnológica, forçada e restrita, no setor da agricultura brasileira. Esse processo aprofundou, de forma intensa, a concentração fundiária vigente neste setor, fortaleceu e aumentou os números de latifúndios, sedimentando o caminho para consolidação do que conhecemos hoje como agronegócio.

Sobre a modernização econômica e tecnológica no campo brasileiro é importante destacar que a forma forçada e restrita pela qual este processo se deu agravou dois determinantes histórico-estruturais centrais inscritos na formação social dependente brasileira, a heterogeneidade estrutural e a especialização produtiva. Isto significa dizer que as relações e formas arcaicas de produção continuariam predominando no âmbito produtivo voltado para o mercado interno. A modernização econômica e tecnológica estaria concentrada apenas no âmbito da produção agrícola voltada para o exterior. Em suma, a modernização econômica e tecnológica promovida pela ditadura ficou restrita ao setor agroexportador e concentrou-se no latifúndio, não abrangeu a totalidade da produção agrícola, tão pouco colaborou para soberania econômica do país, antes o contrário, aprofundou a dependência e a subordinação externa. (Maciel, 2014).

Sobre o padrão de reprodução capitalista consolidado pela ditadura empresarial-militar, é fundamental destacar o processo de financeirização do país. David Maciel (2014) aponta que o processo de expansão capitalista induzido pela ditadura empresarial militar contou, fundamentalmente, com o financiamento externo, que culminou no endividamento do país. O autor destaca que, a partir da década de 1970, a ditadura conduz um processo de estatização da dívida externa, o qual foi fundamental para a financeirização do país. Este processo significou a transferência da dívida do capital privado para o setor público, ou seja, o poder público assume a dívida do capital privado por meio da intermediação financeira, provocando a quadruplicação da dívida externa e a intensificação da integração entre diversos setores do capital e a especulação financeira.

A ditadura empresarial militar abre caminho e desenvolve as condições materiais para a consolidação do capital financeiro no país. Ianni (2019), reforçando o argumento de Maciel (2014), aponta que o processo mencionado impulsionou a fusão entre o capital bancário, comercial e industrial, os quais, sob a proteção do poder estatal, se desenvolveram e constituíram o capital

financeiro. O capital financeiro passa a articular e condensar o setor produtivo privado interno, o setor produtivo estatal e o setor produtivo imperialista, passando a exercer protagonismo na dinâmica da acumulação capitalista brasileira.

Outro elemento importante a se destacar é que o padrão de reprodução capitalista consolidado durante a ditadura empresarial-militar reforçou o caráter excludente da formação social capitalista dependente brasileira. O processo de concentração e centralização capitalista aprofundou a imensa concentração de renda já vigente no país. Parte fundamental deste processo foi o arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho, ou seja, por um lado se diminuía a renda dos trabalhadores e precarizava suas condições de vida, enquanto, por outro lado, instituía-se um padrão de acumulação capitalista que agravava o processo de concentração e centralização do capital, fortalecendo o poder do capital sobre o trabalho. (Maciel, 2014)

Para além de um processo de industrialização apenas apoiado no imperialismo, durante a ditadura empresarial-militar o processo de substituição das importações e internalização da acumulação capitalista deu lugar ao processo de internacionalização do capital, ou seja, a transição monopolista e a modernização tecnológica e produtiva foi determinada pelo processo de internacionalização capitalista, pela intensa penetração do capital externo nos setores fundamentais da estrutura produtiva brasileira. Portanto, o Estado formado durante este período redefiniu as bases do capitalismo brasileiro, sedimentando o caminho para o desenvolvimento do capital financeiro, potencializando os processos de concentração e centralização do capital, terminando por reforçar a dependência e a subordinação aos centros mundiais do capitalismo.

A ditadura cumpriu o papel de reorientar e redefinir as bases do padrão de reprodução capitalista brasileira, sedimentando a transição de um padrão de reprodução predominantemente internalizado para um padrão de reprodução industrial dependente, voltado para o exterior e de especialização produtiva. A ditadura foi responsável por manter como eixo central da acumulação capitalista a superexploração da força de trabalho e o domínio do capital imperialista em diversos setores da estrutura produtiva, por sua vez, preservando o autoritarismo e autocracia burguesa se mantém enquanto uma marca do Estado brasileiro e enquanto um determinante histórico-estrutural que expressa o caráter particular da acumulação capitalista no Brasil, mesmo após a transição democrática.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Com base no que foi até aqui discutido, em primeiro lugar, cabe destacar que o golpe de 1º de abril de 1964 representavam os interesses das frações mais atrasadas da classe dominante brasileira, estas que sempre se contentaram com seu papel subalterno na divisão internacional do trabalho, nunca buscaram autonomia e nem tiveram interesse de empreender em projetos de modernização e de desenvolvimento autônomo para o país. Dentro da formação social capitalista dependente brasileira, na qualidade de burguesia interna, as frações da classe dominante que dirigiram e mais se beneficiaram com o processo golpista representavam a continuidade e a preservação dos elementos mais atrasados da nossa sociedade, nela inscritos desde o período colonial.

Em síntese, a ditadura cumpriu um papel reacionário de, em um contexto de ascensão das lutas populares, conter o movimento de massas e reforçar os elementos mais deletérios da nossa formação social. O padrão de acumulação e desenvolvimento capitalista instaurado pela ditadura aprofundou os principais elementos do eixo histórico-estrutural da sociedade brasileira que, nas palavras de José Paulo Netto (2014) e Florestan Fernandes (1997), se expressam na dependência, na vigência de um aparato produtivo voltado ao exterior, nas relações pré-capitalistas, na violência direcionada contra as forças populares e na sua exclusão dos processos de direção e decisão política.

A ditadura empresarial-militar implementada no Brasil expressa um processo maior de contrarrevolução preventiva que se dava na América Latina e no capitalismo mundial, o qual visava proteger a hegemonia dos Estados Unidos e do mundo ocidental. Portanto, por meio de uma autocracia burguesa-militar, se utilizando da violência estatal indiscriminada e incorporando as instituições do Estado a doutrina de contrainsurgência, a ditadura desempenhou o papel histórico de consolidar um padrão de reprodução capitalista industrial-dependente, conter o movimento de massas em ascensão e abortar qualquer projeto societário e de desenvolvimento alternativo e autônomo para o país.

VI. REFERÊNCIAS:

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo Dependente e a Consolidação dos Monopólios no Brasil. In: BRETTAS, Tatiana. **Capitalismo Dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CUEVA, Agustín. Estado Latinoamericano e as Raízes Estruturais do Autoritarismo. In: NASCIMENTO, Adriano; GRANATO, Leonardo. **Estado e Economia Política na América Latina**. Edufal, 2023.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos Sobre a Teoria do Autoritarismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. O Modelo Autocrático Burguês de Transformação Capitalista. In: **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964 Visões Críticas do Golpe: Democracia e Reformas no Populismo**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

IANNI, Octávio. A Grande Burguesia. In: IANNI, Octávio. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MACIEL, David. **Ditadura Militar e Capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.64-78, jan./jun. 2014.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org). **“Dialética da Dependência” e outros escritos**. São Paulo: Expressão Popular, 2022

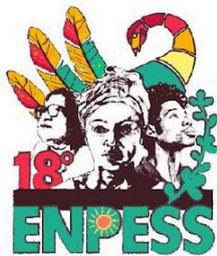
MARINI, Ruy Mauro. **El Estado de Contrainsurgência**. Cuadernos Políticos, México, n. 18, 1978.

MORAES, João Quartim. A natureza de Classe do Estado brasileiro. In: PINHEIRO, Milton (org). **Ditadura: O que Resta da Transição**. Boitempo Editorial, 2014.

MORAGA, Carlos Henrique Gomariz. **O Estado nas Sociedades Dependentes**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

NETTO, José Paulo. A Significação do Golpe de Abril. In: NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**